

Título: Reflexões sobre Políticas Públicas de combate ao Racismo Institucional

Autor:

Breno Corrêa Valadares Jardim - Universidade Federal Fluminense de Angra dos Reis - Políticas Públicas (correabreno@id.uff.br) / Milene Rosa Vicente Luiz - Universidade Federal Fluminense de Angra dos Reis - Geografia (milener@id.uff.br)

Resumo

Através do texto “Sem romantizar e sem amnésia: História da Educação como ferramenta para uma educação antirracista”, da autora Surya Aaronovich Pombo de Barros, é possível criar um plano de fundo para construção do debate sobre educação antirracista nas escolas do Brasil e a necessidade de políticas públicas voltadas para o tema em questão. O processo de formação e estruturação do Brasil foi marcado por extrema violência e racismo, considerando a colonização que o país sofreu desde sua invasão. Com o passar dos anos, existiram muitos processos de apagamento e reclusão social da população preta, parda e indígena, que atualmente configura 56,5% da população brasileira, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022. Os movimentos negros receberam visibilidade 100 anos após Lei Aurea, criada em 1888. No século XXI foi criada a Lei N°10639, de 09 de janeiro de 2003, que argumenta sobre a obrigatoriedade do ensino a respeito da cultura afro-brasileira no sistema educacional básico do país, que até então, era deixado de lado para seguir o regimento do ensino pela visão eurocêntrica e excludente da história. Desta forma, faz-se necessário a criação de mais políticas públicas educacionais que dialoguem com a ideia de um ensino antirracista em todas as áreas de atuação, para fornecer ao estudante um pensamento crítico sobre a construção da história brasileira, através dos verdadeiros fatos históricos que permeiam nossa sociedade.

Palavras-chave: Geografia; Racismo; Educação antirracista; Políticas Públicas;

Abstract

The text “Without romanticizing and without amnesia: History of Education as a tool for anti-racist education”, by the author Surya Aaronovich Pombo de Barros, provides a background for building the debate on anti-racist education in Brazilian schools and the need for public policies focused on the issue in question. The process of forming and structuring Brazil was marked by extreme violence and racism, considering the colonization that the country has suffered since its invasion. Over the years, there have been many processes of erasure and social reclusion of the black, brown and indigenous population, which currently makes up 56.5% of the Brazilian population, according to the 2022 census by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Black movements were given visibility 100 years after the Aurea Law, created in 1888. In the 21st century, Law No. 10639, of January 9, 2003, was created to make it compulsory to teach about Afro-Brazilian culture in the country's basic

education system, which until then had been left aside to follow the teaching regiment's Eurocentric and exclusionary view of history. In this way, it is necessary to create more public educational policies that dialogue with the idea of anti-racist teaching in all areas of activity, in order to provide students with critical thinking about the construction of Brazilian history, through the true historical facts that permeate our society.

Keywords: Geography; Racism; Anti-racist education; Public policies;

